



DIVERSIDADE NA CIDADE: URBANISMO, GÊNERO E CIDADANIA

TAYNARA BARCELOS PALMARES

Instituto Federal Fluminense – campus Campos Centro

taynara.barceos@gmail.com

DANIELA BOGADO BASTOS DE OLIVEIRA (ORIENTADORA)

Instituto Federal Fluminense – campus Campos Centro

taynara.barceos@gmail.com

HERVAN PIRES DE OLIVEIRA

Instituto Federal Fluminense – campus Campos Centro

hervanpires@gmail.com

CATEGORIA DO TRABALHO: Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo

1. RESUMO

Este projeto tem por finalidade entender como a ordem de gênero pode alterar o modo de viver e de se apropriar da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Para tanto, objetivou-se mapear, identificar e diagnosticar situações concretas relativas ao direito à cidade, exercido subjetivamente, na perspectiva da diversidade, num viés inclusivo, visando correlacionar gênero, cidadania, direitos humanos, arquitetura e urbanismo. Os dados referentes à violência contra a mulher, negros e homossexuais no espaço urbano evidenciam a importância de políticas públicas e ações efetivas no combate às desigualdades de gênero, o que requer soluções em todos os âmbitos para amenizá-las. Fazendo, nesta apresentação, um recorte sobre a mulher, através de leituras e debates sobre urbanismo e feminismo, obteve-se conhecimento da importância da interdisciplinaridade desses temas para fazer o mapeamento da cidade proibida para as mulheres de Campos dos Goytacazes, que em consonância com a bibliografia discutida, demonstrou que a vivência da mulher no espaço urbano é de fato mais complexa que a dos homens, tanto por seu uso do espaço no ir e vir entre casa, creche, compras, trabalho, casa - que, em sua maioria, é muito mais abran-





gente que o dos homens - quanto pelas tais barreiras simbólicas que elas encontram nesse trajeto, oriundas de um machismo presente há décadas em nossa cultura e reafirmado no modo de se pensar a cidade.

2. PALAVRAS-CHAVE

cidade; planejamento urbano; direito à cidade; mulher

3. INTRODUÇÃO

O debate político acerca do direito à cidade e gênero é algo ainda muito inicial no Brasil. Desde o início do processo de Conferência das Cidades, a dimensão das mulheres surge na discussão sobre as cotas na representação das cadeiras dos conselhos das cidades, e sobre regularização fundiária quanto à titularidade. A invisibilidade da perspectiva das mulheres e seu cotidiano na vida urbana também não é central nas análises sobre cidades. Surgem questões que estão no âmbito de seu papel tradicional no espaço doméstico: creches, escolas, praças para as crianças etc. Mas é o suficiente para garantir a sua autonomia no espaço urbano? (TAVARES, 2015) Afinal, se as mulheres usufruem da cidades de forma diferente da dos homens, também os problemas envolvendo mobilidade, acessibilidade e segurança pública as atingirão de modo diferente, e nesse caso, mais intenso.

Se olharmos para o cotidiano da cidade de São Paulo, cidade caótica, capital e conhecida por sua característica de metrópole modernista, percebemos que sua mobilidade urbana - e aqui podemos observar os horários de pico em metrô e estações rodoviária - foi planejada e construída pautando a lógica do ir e vir do trabalho (ITO, 2017). No Rio de Janeiro, a lógica não é diferente. Afim de entender como esse modelo de cidade é vivenciado pelas mulheres, Peccini (2017) faz uma análise com as terceirizadas que trabalham na UFRJ, e conclui que elas realizam trajetos que não integram a lógica da metrópole, como ir ao mercado, levar os filhos à escola, cuidar da casa, e ainda trabalhar fora. Responsabilidades “do lar” que lhe foram impostas socialmente há décadas e devido ao patriarcado, ainda são mantidas nos dias de hoje, além das relações familiares, nos quais ela desempenha um papel fundamental na família.





Entretanto, a realidade é que à elas é reservado o posto de passageira, na cidade que foi construída para os homens e urbanizadas de acordo com o deslocamento deles pelas ruas e avenidas. A arquiteta e urbanista Joice Berth apontou em entrevista dada à REDE TVT, que assim como o racismo é um problema social, a opressão de gênero também é, e isso vai estar desenhado junto com as cidades, na maneira em que ela foi urbanizada – o espaço da mulher mal existirá ou estará bem demarcado.

Entendendo tecnologia como um fator essencial para o desenvolvimento das cidades, a criação de aplicativos foram incentivados na cidade de São Paulo, com o intuito de mapear as incidências de assédio por região. Entre outras medidas para se pensar como as cidades poderiam ser mais adequadas às necessidades das mulheres, foram sugeridas medidas como a “calçada ativa – onde, ao invés de prédios rodeados por muros, que acabam criando becos escuros, a ideia é que os térreos sejam comerciais e culturais”, horário estendido para equipamentos públicos, comércio e transporte, em lugares de travessia perigosa para mulheres, além de claro, melhoria na iluminação pública e acessibilidade no “Cities for Everyone”, realizado em São Paulo.

Neste sentido, destaca-se a tese de doutorado de Rossana Brandão Tavares (2015), intitulada “Indiferença à diferença: os espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero”, que teve como objetivo principal realizar uma análise dos processos socioespaciais que revelam as desigualdades de gênero na cidade, neste caso o Rio de Janeiro, tomando como base o acúmulo teórico-metodológico da teoria feminista. A arquiteta e urbanista realizou uma reflexão crítica sobre as contradições de gênero no espaço urbano, com recorte especial em áreas periféricas da cidade. Sua intenção foi oferecer, a partir da perspectiva de gênero, suporte para estratégias de estudos e intervenções urbanas, expondo possibilidades de crítica ao urbanismo contemporâneo, que ainda se baseia em premissas universalistas e heteronormativas, defendendo, desta forma, o que ela chama de urbanismo de possibilidades, que surge a partir de uma construção dialética de um urbanismo que interfira no espaço urbano a partir das questões de gênero.





O urbanismo com perspectiva de gênero pode ser aquele que tem seus “poros abertos”, que permite a possibilidade de surgimento de práticas diferenciadas, estratégicas ou não (TAVARES, 2015). Essa hipótese partiu do entendimento de que as práticas sociais de gênero no espaço urbano desvendam processos de resistência, por revelar uma correlação de forças sociais, demonstrando, portanto, uma tensão entre os interesses práticos e estratégicos das mulheres na cidade. Apesar de vivermos em cidades controladas e projetadas em conformidade com o viés da dominação masculina (BOURDIEU, 2003), as mulheres são sujeitos ativos que diariamente tentam reconceber a cidade, desafiando e permeando as fronteiras de gênero. Por isso - num contexto de produção impositiva da cidade, em que coexistem múltiplas maneiras de opressão que influenciam corpos, identidades e lugares -, não unicamente os dados referentes à violência contra a mulher no espaço urbano evidenciam a importância de políticas públicas e ações efetivas contra as desigualdades de gênero, mas também a própria subjetividade oriunda das experiências das mulheres no vivenciar a cidade, o que nos auxilia a desconstruir a indiferença às diferenças e às desigualdades.

Rossana (2015, p.15,18 e 19) aponta ser “notória a ausência de reflexões e pesquisas de fôlego, no campo do urbanismo, centradas no debate das desigualdades de gênero na cidade”, afirmando que “é preciso avançar mais para que a problemática de gênero ganhe relevância”, pois é necessário reconhecer “que as nossas cidades são amplamente produzidas e moldadas segundo normas masculinas e heterossexuais que constroem o modelo universal a ser supostamente atingido”. Afinal, para o urbanismo estar comprometido com a construção de cidades mais justas, deverá estar atento não apenas à política urbana de redistribuição, mas ao reconhecimento das diferenças de gênero, etnia, geração, classes sociais com seus respectivos interesses.

4. METODOLOGIA





A metodologia consistiu em: levantamento bibliográfico; apreciação de reportagens midiáticas e blogs no que diz respeito às vivências das mulheres na cidade, bem como acompanhamento de coletivos feministas e suas ações urbanas; mobilização de alunos, professores e sociedade para a temática; elaboração e aplicação de questionários semi-estruturados como roteiro para as entrevistas, que foram analisados à luz do direito à cidade, da teoria política contemporânea, da teoria de gênero.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos até então e demonstrados a seguir deram-se através da pesquisa de método qualitativo feita por meio de aplicação de questionários, nos arredores da Pelinca, Centro e na Comunidade da Margem da Linha. Ele foi construído a partir do “Manual de Análisis Urbano. Género y Vida Cotidiana”, que buscou analisar fatores como: mobilidade, a existência de equipamentos urbanos, bem como seu tipo, escala e função, a sensação de (in)segurança no trajeto, e definição das “barreiras simbólicas do trajeto”, para então se produzir mapas da cidade proibida para as mulheres. Ao analisar os resultados da realidade campista, observa-se que estão coerentes com a revisão bibliográfica que apresenta pesquisas de campos realizadas com a mesma percepção em outras cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre: a vivência da mulher no espaço urbano é de fato mais complexa que a dos homens, tanto por seu uso do espaço no ir e vir entre casa, creche, compras, trabalho, casa - que, em sua maioria, é muito mais abrangente que o dos homens - quanto pelas tais barreiras simbólicas que elas encontram nesse trajeto, oriundas de um machismo presente há décadas em nossa cultura e reafirmado no modo de se pensar a cidade.

As mulheres vivenciam a cidade de Campos de forma mais extensa e complexa que os homens, dividindo-se entre trabalho, escola/faculdade, compras, atividades físicas, lazer, igreja, creche e outros, porém, a sensação de segurança ao percorrer esses caminhos na cidade é menor se comparada a dos homens – apenas 27% das mulheres sentem-se totalmente seguras durante o trajeto, e mesmo assim, porque estão acompanhadas. 24% sentem-se seguras, mas não durante todo o tra-





trato, e 49% não se sentem seguras de forma nenhuma. Já em relação aos homens, 35% dos entrevistados sentiam-se totalmente seguros, 36% até sentem-se seguros, porém não durante todo o trajeto, e 29% não tem sensação de segurança em nenhuma parte do trajeto. Percebe-se que, esta insegurança presente na vida de quem vive aqui, toca a todas e todos que vivenciam a constante violência urbana em Campos, mas especialmente as mulheres acabam restringindo seu ir e vir na cidade - este que passa a depender da influência de fatores urbanísticos do trajeto, tendo relação direta com o horário do dia e com as dinâmicas humanas do cotidiano. E assim como o Manual nos mostra, as mulheres são as mais afetadas, sendo um dos motivos o fato de o que as atinge não ser baseado em suas experiências individuais mas também nas experiências das pessoas relacionada a elas (filhos, idosos, doentes até os companheiros) e que ficam sob de sua responsabilidade. Portanto, uma cidade pensada a partir da vivência da mulher, tenderá a atenuar os espaços de vulnerabilidade inclusive para outros grupos da sociedade.

Através do gráfico que analisa os fatores que trazem sensação de insegurança para cada um na cidade, podemos perceber quais deles são influenciados diretamente por fatores urbanísticos.

Fatores que trazem insegurança Mulheres



Fatores que trazem insegurança Homens



Observa-se que a setorização do espaço é algo que influencia diretamente mais as mulheres do que os homens entrevistados, e se fizermos uma análise das áreas que elas consideram inseguras, notaremos que as áreas residenciais, como Parque São Caetano e Parque Aurora, são consideradas muito mais perigosas do que as de





múltiplo uso, como a Pelinca, por exemplo, que por esta característica funciona em diferentes horários e possui um constante fluxo e permanência de pessoas. Outro ponto observado, ainda ligado à setorização, são os grandes tamanhos que algumas quadras da cidade possui (podemos citar a Av. 28, na quadra do IFF campus Campos Centro), que ligados ao fator de estar virado para uma avenida com grande fluxo de veículos em alta velocidade, acaba se transformando num trajeto perigoso para quem anda a pé, trazendo assim, mais sensação de insegurança.

A importância das condições indispensáveis citadas por Jane Jacobs (1961) para garantir a diversidade em uma área urbana fala sobre esses mesmos pontos: ter mais de uma função, garantindo assim que mais pessoas frequentem aquele local em diferentes horários; quadras curtas, para que haja mais esquinas e mais possibilidades de caminho e a mistura em relação a combinação de edifícios, tendo os novos e velhos no mesmo lugar. Qualquer uso principal isolado se torna um gerador de diversidade urbana ineficiente, comparado às necessidades da nossa cidade.



Foto: Avenida 28 – Quadra pertencente ao IFF

Fonte: acervo próprio





A falta de manutenção da iluminação pública e a falta de acessibilidade nas calçadas também foram pontos levantados que dificultam a vivência da mulher no espaço urbano.

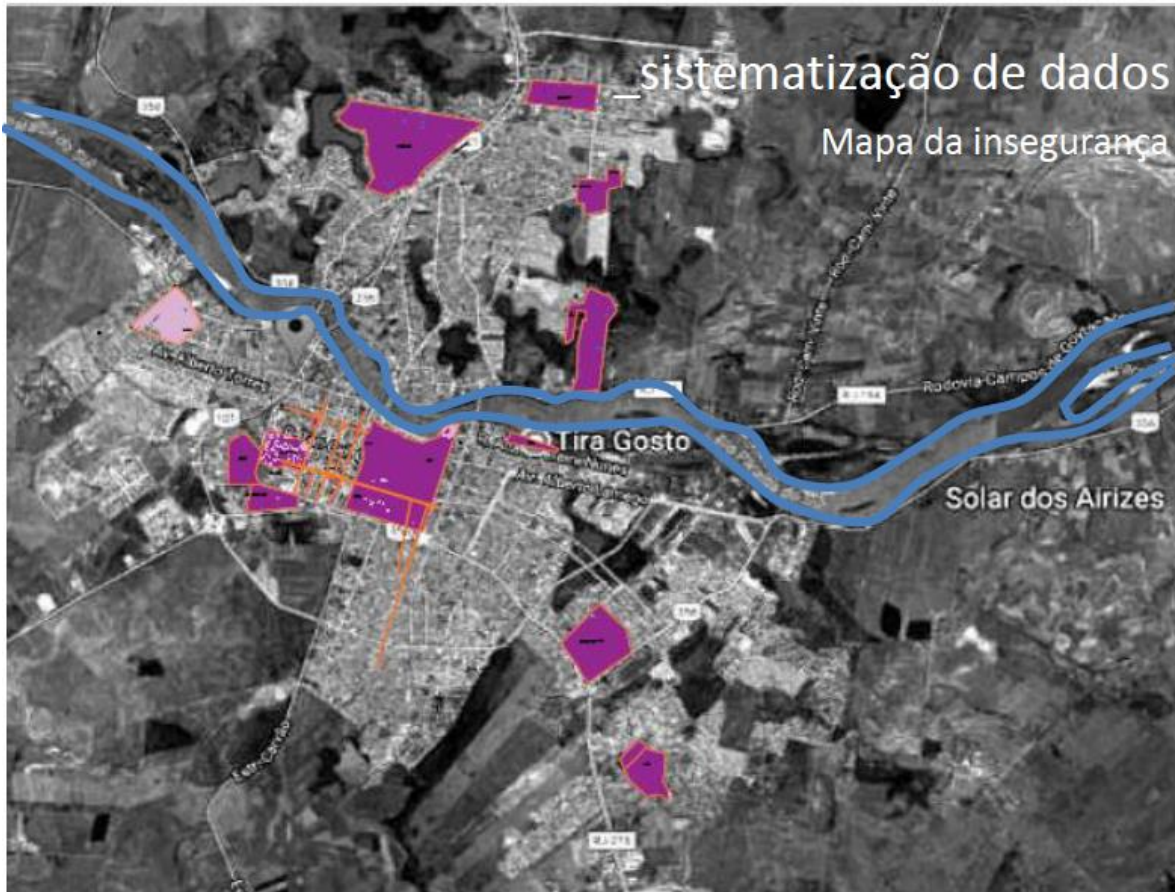


Foto: Esquemática de mapa da áreas mais inseguras para as mulheres em Campos dos Goytacazes
Fonte: elaborado pela autora

Ainda que a maioria das mulheres entrevistadas façam uso de espaços públicos campistas como a praça São Salvador e o Jardim São Benedito, por exemplo, há momentos em que sentem-se impedidas de usufruir estes espaços devido a falhas no que diz respeito à segurança, acessibilidade e atividades de lazer para as crianças - que em sua maioria do tempo estão sob sua responsabilidade. Mas, ainda assim, apesar do medo, a resistência delas no ato de frequentar esses espaços, faz com que eles não sejam vistos como um lugar de passagem no dia a dia, como é encarado pela maioria dos homens, que em sua maioria entrevistada não possuíam esse tipo de dependência com crianças, procurando então outros tipos de atividades para lazer. A partir de relatos de mulheres como “Gostaria muito de poder me sentir segura em todos os locais da minha cidade”; “Não gosto de andar sozinha e me





sinto insegura aos domingos”, percebe-se a vontade que elas tem de vivenciar a cidade mais do que a fazem. Ainda estamos em fase de aplicação dos questionários para elaboração do mapa final.

6. CONCLUSÕES

Como já mencionado, as desigualdades encontradas no que diz respeito ao direito à cidade relacionadas à questão de gênero, classe e etnia, reforçam a necessidade de um urbanismo pensado sob uma perspectiva de gênero específicas para a cidade de Campos. Afinal, é preciso entender que não há o ser humano padrão e que a cidade precisa ser feita para todas e todos. Enxergar o urbanismo e o espaço urbano à luz de novas perspectivas, que complementem as ferramentas, as práticas e os conhecimentos que já nos utilizamos, é um caminho para que possamos construir cidades mais seguras e igualitárias.

Tavares (2015) aponta que a forma urbana definida não é suficiente para que as pessoas mudem seu comportamento, nem mesmo suficiente para garantir serviços urbanos de qualidade. Não se busca a igualdade de gênero nas cidades apenas com reivindicações de mudanças nas rotas dos transportes públicos ou por demandas que reforçam o papel tradicional da mulher na cidade, como demandas por creches e postos de saúde, por exemplo. É preciso ir além. É necessário que as mensagens ideológicas contidas na forma urbana se transformem. A dimensão cultural e identitária sob a dimensão oculta no espaço precisam ser consideradas antes de qualquer debate sobre o projeto e desenho urbano. Um ideal normativo de cidade deve começar com nossas experiências dadas e vivenciadas nas cidades, e não pautadas em premissas de racionalização do espaço conforme um modelo de homem – o homem tipo, o homem síntese. É preciso que haja uma diversidade urbana (JACOBS, 2011) que permita e estimule a diversidade na cidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHDAILY Brasil. **Debate "Feminismo e planejamento urbano: Construindo pontes"**. In: <http://www.archdaily.com.br/br/789633/debate-feminismo-e->





[planejamento-urbano-construindo-pontes-aborda-o-papel-das-mulheres-na-construcao-das-cidades](#). Acesso em 13 de dezembro de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ITO, Carolina. **A cidade ideal das mulheres**. In: <
http://revistatrip.uol.com.br/tpm/arquitetura-e-planejamento-urbano-a-cidade-ideal-das-mulheres?utm_source=facebook&utm_medium=tpm&utm_campaign=arquitetura-e-planejamento-urbano-a-cidade-ideal-das-mulheres> Acesso em 27 de julho de 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Editora Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Juliana Domingos de. **Como as mulheres se deslocam em São Paulo**. In: <
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/12/Como-as-mulheres-se-deslocam-em-S%C3%A3o-Paulo>> Acesso em 12 de dezembro de 2016.

PACHECO, Priscila. **As mulheres e as cidades: o poder da nossa voz**. In: <
<http://thecityfixbrasil.com/2016/12/06/as-mulheres-e-a-cidade-o-poder-da-nossa-voz/>> Acesso em 10 de dezembro de 2016.

PECCINI, Isabela Rapizo. **Cidade: Substantivo Feminino. As desigualdades de gênero e o espaço público não vivenciado pela mulher**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU. Trabalho Final de Graduação, Julho 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

TANSCHHEIT, Paula. **As mulheres no centro do debate sobre mobilidade urbana**. In: <
<http://thecityfixbrasil.com/2017/01/31/as-mulheres-no-centro-do-debate-sobre-mobilidade-urbana/>> Acesso em 31.01.2017.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU. Tese (doutorado) – UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2015.





TELLA, Guillermo. **Urbanismo e gênero: criação de percursos em Buenos Aires que refletem a vida das mulheres.** In1: <
<http://www.archdaily.com.br/br/772615/urbanismo-e-genero-criacao-de-percursos-em-buenos-aires-que-refletem-a-vida-das-mulheres>> Acesso em 27 de julho de 2017.

TVT, Rede. **Feminista Joice Berth fala sobre a mulher negra e a arquitetura** <
<https://www.geledes.org.br/feminista-joyce-berth-fala-sobre-mulher-negra-e-arquitetura/>> Acesso em julho de 2017.

_____. **Uma análise das desigualdades de gênero em favelas do Rio de Janeiro: perspectiva de reconhecimento para o urbanismo.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU. Cadernos de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2015.

